

Saúde Mental e trabalho: a atividade policial e suas implicações na  
Saúde Mental de praças ingressos no ano de 2010 na PMGO.

Mental Health and Work: the police activity and its implications in the  
Mental Health of squares tickets in the year 2010 in the PMGO.

Lucione Ferreira da Silva Pereira<sup>1</sup>

Cristiane Bianco Panatieri<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo discute a relação entre trabalho policial militar e seus impactos na saúde mental de praças que ingressaram na Polícia Militar do Estado de Goiás no ano de 2010. O texto que se desenvolve percorre e discute o processo de formação dos policiais desde seu ingresso e discorre sobre as situações que estes profissionais enfrentam dentro da própria instituição, que muitas vezes é falha e no cotidiano nas ruas da cidade no enfrentamento da criminalidade. Foi realizada pesquisa através de questionário, onde foi possível traçar e destacar importantes questões das demandas policiais, principalmente daqueles que estão operando no serviço onstencionvo preventivo da PMGO A crise que se instala diante deste contexto de risco, insegurança, adoecimento, jornadas extensivas de trabalho e o descaso praticado pelo próprio Estado, são questões norteadoras, nos conduzindo a reflexões mais profundas que possibilitem a mudança dessa realidade percebida através dos apontamentos feitos pelos próprios policiais integrantes da amostra pesquisada.

**ABSTRACT**

This article discusses the relationship between military police work and its impact on the mental health of squares that entered the Military Police of the State of Goiás in the year 2010. The text that develops goes through and discusses the process of police training since its entry and discusses the situations that these professionals face within the institution itself, which is often flawed and in the everyday on the streets of the city in the face of crime. The crisis that sets in front of this context of risk, insecurity, sickness, extensive work days and the neglect practiced by the State itself, are guiding questions, leading us to more profound reflections that allow the change of this reality perceived through the notes made by the own members of the sample surveyed.

Palavras-chaves: Adoecimento policial, Segurança Pública, Trabalho.

---

<sup>1</sup> Lucione Ferreira da Silva Pereira

<sup>2</sup> Cristiane Bianco Panatieri

## 1. INTRODUÇÃO

A partir de reflexões realizadas no curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública e pelos inúmeros casos de suicídios de policiais noticiados e divulgados pela mídia, redes sociais e de aplicativos de comunicação, casos de licenciamento pela Junta Médica e Psicológica, surgiu-nos o interesse em estudar as causas e consequências do adoecimento mental de Praças que ingressaram na Polícia Militar do Estado de Goiás no ano de 2010.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 83 milhões de pessoas no mundo com idade entre 18 e 65 anos, sofrem de algum tipo de transtorno mental de acordo com Lima, Blanck e Menegon, (2015). Os transtornos mentais respondem todos os anos por um porção elevada de casos de vidas perdidas em função desses males, e a previsão é de que esses números cresçam significativamente devido o modo de vida pós-moderno que hoje nós, humanos experienciamos; onde houve o encurtamento das distâncias, a fluidez se tornou mais constante e passageira neste mundo das tecnologias e das constantes transformações. Dessa forma as rápidas e profundas mudanças de características nas relações sociais, culturais, políticas, dentre outras, tem afetado o mundo como um todo e as pessoas que nele existem.

No campo do trabalho o esgotamento físico e mental tornou-se tema recorrente em conversas cotidianas com relatos de profissionais de diversas áreas, com queixas de cansaço excessivo, sensação de desgaste, tensão muscular, insônia; características que sinalizam uma condição de estresse, gênero do rol de Transtornos Mentais e Comportamentais.

Dentre as profissões consideradas mais estressantes esta a de Policial Militar que mesmo ocupando uma área do setor de serviços, possui peculiaridades, haja vista que sua missão é a de assegurar o cumprimento das leis por todos os cidadãos. A atuação desses profissionais lhes impõem o contato incisivo com situações de risco, haja vista que o dia a dia do policial, além de estarem submetidos a situações de violência, criminalidade, desordem, há que se considerar que os aspectos organizacionais da própria instituição e a qualidade das relações que se submetem e são submetidos dentro da corporação, são fatores que reforçam a condição de risco que representa a profissão policial, conforme destaca Minayo e Adorno, (2013).

Os dados de pesquisa realizada por Silva Filho (2003) destacou que somente na década de 1990 os homicídios cresceram 29% e que entre os jovens esses dados subiram 48%. Ainda segundo este autor, existem outros elementos que compõem essa atmosfera de insegurança: roubos, furtos, sequestros, etc.

De acordo com pesquisas realizadas e divulgadas grande parte dos estudos com policiais militares concentram-se na temática do estresse (Bezerra, Minayo, & Constantino,

2013; Costa et al. 2010; Ferreira, Augusto, & Silva, 2008; Souza, Minayo, Silva & Pires, 2012; Souza, Schenker, Constantino, & Correia, 2013; Oliveira, & Bardagi, 2010).

Devido as constantes transformações sociais e políticas, além das diversas condições vivenciadas por policiais militares de todo Brasil, percebe-se que os impactos negativos advindos dessa atual conjuntura tem provocado o adoecimento e sofrimento mental desses profissionais, ocasionando um número significativo de baixas e afastamentos do trabalho; além daqueles que mesmo estando na condição de adoecido e necessitando de tratamento deixam de buscá-lo por inúmeros motivos.

Estes fatos e suas consequências carecem de compreensão e estudo para que possam ser realizadas intervenções que possibilitem atenuar os efeitos negativos dessa estrutura existente e que busque alternativas numa melhor organização e promoção de qualidade de vida dos policiais militares goianos. Diante do que fora explanado, nos balizamos em desvendar os impactos negativos e suas consequências em turmas de ingressaram no quadro de praças no ano de 2010 na Polícia Militar do Estado de Goiás, e conforme destacado por Silva e Vieira (2008), há um desconpasso crescente em relação às políticas públicas de cunho social e de infraestrutura.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Com raízes no século XIX, a Polícia Militar do Brasil tem uma estrutura burocrática que foi reconfigurada nos governos militares. A Polícia Militar é uma instituição que é prevista no artigo 144 da Constituição Federal e conforme descrito tem a função da preservação da ordem pública, bem como o policiamento ostensivo; com pilares na hierarquia e disciplina. Sua existência remonta o século XIX, quando as Forças Policiais foram criadas no Brasil Imperial de acordo com Silva e Vieira, (2008).

No Estado de Goiás, de acordo com Pereira, (2011) em meados de 1858, cria-se a Força Policial de Goiás com ações limitadas a atuação na província de Vila Boa, tendo como característica de seus componentes, homens com pouca qualificação/instrução, disciplina precária e que tinham uma remuneração muito baixa; estes eram conhecidos vulgarmente como "bate-pau". Talvez esse seja um dos motivos, que ainda hoje as forças policiais são desprestigiadas como se assim perdessem os resquícios e características daqueles que atualmente compõem os quadros da Polícia Militar Goiana.

Somente em 1949 a denominação Polícia Militar passa a ser utilizada, tendo como parâmetro o Regulamento de disciplina do Exército aplicada na PMGO, utilizando-se das normas de ensino do Exército para instruir a PM é o que afirma Vicentini, (2014)

É nesse desenrolar que em 1990, com base em pesquisas realizadas por Souza, (1999), Pereira, (2011), ocorre a descentralização do Comando de Policiamento do Interior, reestruturando a organização burocrática da PM, que passaria a ser dividida em batalhões, pelotões, companhias, regimentos e unidades de apoio; permanecendo ainda hoje essa estruturação.

A formação de todo policial militar perpassa pela Academia de Polícia Militar - GO, local onde os conhecimentos e práticas policiais são ensinadas para o cumprimento de suas funções descritas constitucionalmente, onde salienta que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos descritas nos incisos da Constituição Federal de 1988, no art 144:

5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

As academias formativas das polícias militares são consideradas como instituições totais conforme destacado por Goffman (1987, p11) haja vista que é definida como um local que serve como residência e trabalho, formada por grande número de indivíduos em situações semelhantes, entretanto separados da sociedade mais ampla por um período de tempo considerável e que a vida é fechada, controlada sendo formalmente administrada. Nesse sentido conforme destaca Goffman (1974) as academias militares formativas são locais de passagem, um momento a ser superado, buscando a superação e a "vitória cultural" sobre seus membros. Portanto, quando o indivíduo adentra a lógica e organização da polícia militar, este passa obrigatoriamente a viver e cultivar o comportamento e o sentido de ser militar. Busca-se assim a dissolução da identidade civil anterior, enquanto a hierarquia com seu caráter segmentador dos sujeitos, das condutas e relações sociais do mundo militar, a disciplina encarrega-se o cumprimento das ordens, o sentimento de pertencimento a uma totalidade maior, conseqüentemente reduzindo a autonomia individual.

Durante os cursos de formação a internalização dos princípios da hierarquia e da disciplina são exercitados na relação que se estabelece com oficiais e alunos soldados, momento em que essa primeira relação é pautada praticamente na obediência incondicional

no cumprimento das ordens dos superiores, onde o principal objetivo é a conversão dos sujeitos. A desigualdade e a intensidade das relações que se opõe verticalmente oficiais e alunos-soldado, fazendo com que se estabeleça uma oposição nós-eles, que será mantido durante toda vida profissional do militar, segundo descreve Vicentini (2014).

A entrada nos quadros da polícia militar é possível de duas formas, como praças ou como oficiais, sendo que a possibilidade de um praça chegar ao oficialato é bastante difícil devido a própria estrutura de organização da polícia militar. Os critérios de organização interna obedecem ao tempo de permanência na instituição, ou seja, antiguidade. E os critérios para promoção previstos são antiguidade, merecimento (realização de prova com conhecimentos específicos), pós morte e ato de bravura. De acordo com Vicentini (2014), a própria forma de ingresso na instituição opera uma segmentação excludente dos indivíduos. Porém, percebe-se que durante o período de formação, que é caracterizado como um rito de passagem da ordem civil à ordem militar, tenta-se intensificar a solidariedade grupal e a reciprocidade gerando e reforçando a sensação de pertencimento e o chamado "espírito militar" no Exército e "espírito de corpo" na Polícia Militar. Parte desse sentir-se pertencente diz que ser da PM também significa ser a PM, vinculando qualquer atitude desenrosa do indivíduo que poderá ser extensiva a todo o grupo.

Além dos riscos diários, das dificuldades de ascensão na carreira, das tensões de suas relações com oficiais, da falta de prestígio e estigma da profissão, fatores quase sempre implicados no adoecimento mental dos policiais, continuar na carreira, para muitos quase sempre é a opção mais sensata, conforme destaca Vicentini (2014). Ocorre o que Gollfan (1974) chama de mortificação do eu; contexto em que o sujeito sofre gradativamente, através de técnicas pedagógicas disciplinares, a redução de sua autonomia individual em favor de uma coletividade.

Segundo Beck apud Lima, Blanck e Menegon (2015), risco são formas sistematizadas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo processo de modernização, podendo ser considerado também a regra geral dos jogos e das aventuras humanas. Tal terminologia nasce com advento do capitalismo industrial, pois estava pautado numa sociedade que buscasse o futuro como um espaço a ser conquistado.

Analisar a partir dessa lógica, destaca-se que a probabilidade de um policial militar sofrer graves lesões, traumas e morte está amparada nas crescentes taxas de óbito por violência de que são vítimas tanto do serviço, como em horário de folga. Minayo e Adorno (2013) destacam como exemplo que no Estado do Rio de Janeiro as taxas de óbito são 10 vezes mais elevadas que na população de modo geral. Considerando também que os efeitos

pós-traumáticos afetam a vida dos PMs, constatou-se que a prevalência para os efeitos de traumas são bem superiores.

Após nove meses de formação entre teorias e estágios em rádio patrulhamento, o policial está apto a ir para rua e proteger a sociedade e se proteger também. Nesse contexto o policial militar sofre impactos das identidades projetadas socialmente sobre a profissão que são tanto do mundo social, bem como da própria instituição. Percebe-se que honestidade, eficiência e heroísmo são características almejadas por quase todos militares que vêem sua instituição como extremamente útil e necessária a todo coletivo

Em estudo realizado em Santa Catarina/SC com policiais da região metropolitana, sobre a atividade profissional do Policial Militar e a relação com a saúde mental, demonstrou três patologias com maior prevalência em internações hospitalares, relacionadas ao Transtorno Mental e Comportamental: 61,0% transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool, 33,3% episódios depressivos e transtorno depressivo recorrente, e com 11,7% a esquizofrenia (Mascarenhas, 2009 apud Lima, Blanck e Menegon, 2015). Noutro estudo avaliado pelos mesmos autores, constataram que entre os anos de 1995 e 1998, 41% dos Policiais Militares da Paraíba tiveram suas aposentadorias por invalidez, situação motivada por questões referentes a saúde mental.

A predominância do sexo masculino está presente em todos os estudos que verificaram esta variável em policiais militares. Este resultado está diretamente relacionado ao processo de ingresso na Polícia Militar. Os próprios editais de concurso para a carreira deixam claro que o número de vagas para mulheres é consideravelmente inferior ao das vagas destinadas aos homens (LIMA, BLANK, MENEGON, 2015, p832).

Estas mesmas especificidades acontecem em todo território nacional, inclusive no Estado de Goiás, fato que é constatado nas pesquisas a predominância do sexo masculino afetados por transtornos mentais.

O sofrimento psíquico está diretamente relacionado à saúde mental destes profissionais, às condições de trabalho relacionadas ao constante estado de alerta e a disponibilidade as situações de riscos que a profissão exige, alicerçam a relevância para o fortalecimento da produção científica sobre a temática, no entanto, não é observada uma constância de estudos (Silva, 2009).

Na literatura pesquisada, observa-se que a principal temática estudada com policiais militares é a relação destes profissionais com o estresse (Oliveira, & Bardagi, 2010; Costa et al., 2007). Segundo Oliveira e Bardagi (2010) há prevalência de 57,3% dos participantes com sintomas de estresse em policiais militares da cidade de Santa Maria/RS. Os policiais militares estão propensos ao estresse, devido a contínua tensão e ao risco inerente a profissão (Costa, Accioly Júnior, & Maia, 2007).

Na Classificação Internacional de Doenças (CID10) existem os transtornos relacionados ao estresse, nesse sentido, o elevado número de policiais com sintomatologia de estresse, especificamente os relacionados ao policiamento ostensivo, é esperado, pois é uma atividade de constante relação com a criminalidade e exposição a riscos. É importante estar atento aos sintomas de estresse, uma vez que este Transtorno Mental e Comportamental influencia a condição de trabalho do policial militar e pode causar possíveis prejuízos à sociedade. Para Oliveira, & Bardagi (2010) administrar esta demanda se torna fundamental para estes profissionais.

Conforme destacado os prejuízos a sociedade podem ser notados no atendimento ao público que necessita de ser amparado num momento de urgência, ou mesmo nas obordagens com possíveis excessos no trato com cidadão, dentre outros.

No entanto, deve-se ressaltar que número corresponde à frequência de transtornos averiguado nas pesquisas, pode ser maior havendo profissionais atuando mesmo com o transtorno instalado, mas que optam em não se afastarem do trabalho por diversas motivações, sejam elas financeiras ou pessoais.

Baierle e Merlo (2008) reforçam esta ideia, afirmando que o desgaste da profissão pode ser negado e, assim, trabalhar doente devido a perdas e possíveis discriminações que podem ocorrer com seu afastamento do trabalho. Importante destacar essa condição de vergonha que muitos sentem em procurar ajuda por serem discriminados dentro da própria corporação, optando por não se expor e serem motivo de chacota.

No mapeamento das fontes de estresse em Profissionais da Segurança Pública de Santa Catarina (2010), apresentou-se como conclusão que as principais fontes de estresse ocupacional estão relacionados as condições e organização de trabalho. O fato de realizarem atividade extra para complemento da renda, carga horária de trabalho, como plantões, “percepção de que a eficácia do trabalho é comprometida nas relações com a Justiça” (p. 50), são entendidos como fatores estressores (Lima, Blanck e Menegon (2015).

Silva (2009) acrescenta a ideia de que o sofrimento psíquico pode surgir através da somatização e essa relação nem sempre é percebida pelo indivíduo. Ou seja, licença para tratamento de saúde com outros diagnósticos podem conter causa principal a doença mental e, dessa forma, não entrar nos índices de prevalência de Transtorno Mental e Comportamental. Percebe-se que o envolvimento com a atividades profissional, as preocupações cotidianas, os problemas financeiros, de saúde exercem a função de um turbilhão que inviabiliza e mortifica a percepção da necessidade de cuidados do indivíduo.

Pretende-se com este trabalho identificar as implicações causadas na qualidade de vida dos profissionais policiais militares de Goiás advindas da atividade policial dos Praças que

ingressaram no ano de 2010 e que permanecem até a presente data em atividade. Compreender a situação atual de trabalho dos policiais militares, os dilemas, entraves, conflitos, que engedram as bases que estruturaram e ainda estruturão a PMGO compreendido no período estudado.

Traçar estratégias que possibilitem atenuação dos males e transtornos provocados advindos da atividade policial, que reflete na qualidade do serviço prestado ao consumidor final que é o cidadão, seja na orientação, prevenção e no atendimento as ocorrência que a estes profissionais são destinadas.

Além de conhecer, estudar, pesquisar compreender e buscar alternativas para uma melhor qualidade de vida dos policiais militares é dar voz a uma classe que por muitos anos foi negligenciada de direitos e fundamentais, sendo também carente de cuidados.

### **3. METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos propostos utilizou-se de pesquisa bibliográfica como arcabouço teórico na construção do objeto de pesquisa, bem como, a aplicação de questionário como metodologia para a coleta de dados, onde o universo pesquisado eram policias militares, nível praça, ingressos no ano de 2010 com análise quantitativa e qualitativa, com tabulação de dados e organização em gráficos. Foram aplicados e considerados 106 (cento e seis questionários). Os questionários foram disponibilizados em grupo de Whats App que possuem apenas policiais militares, praças, que ingressaram no ano de 2010, quais estão vinculados a instituição PMGO e que estão em Comandos Regionais diversos, Unidades especializadas e Setorizadas, policiais que atuam tanto no serviço operacional e administrativo. Será disponibilizando um link por meio do google docs para que os pesquisados, aleatoriamente, respondam.

O questionário possui 15 questões, incluindo uma de aceite voluntário em participar da pesquisa e que possibilitará avaliar e caracterizar a satisfação, idade, sexo, se faz serviço extraordinário, etc. Após a tabução e tratamento dos dados, estes serão analisados segundo os autores estudados, podendo assim realizar comparações que possibilitem avaliar esse grupo estudado e traças estratégias que possibilitem uma melhor qualidade de vida dos policiais militares.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da aplicação e tratamento dos dados colhidos, pode-se notar que atualmente a faixa etária predominante de policiais que participaram da pesquisa esta entre 30 e 40 anos, somando um percentual de mais de 80%. Percebeu-se também que 19,2% estão na graduação de soldado; 43,3% cabo e 37,5% já ocupam a graduação de sargento, não sendo especificados se são primeiro, segundo ou terceiro sargento.

A grande maioria dos policiais, cerca de 66% exercem atividade operacional, sendo que a soma de policiais que exercem atividade tanto operacional quanto no serviço administrativo somam 88,6%; apenas 11,3% executam apenas funções administrativas.

É importante perceber que além de atividades administrativas, uma grande quantidade de policiais acumulam funções de serviço operacional, haja vista que a falta de efetivo faz com que estes sejam escalados em situações eventuais, mas que corriqueiramente tem tornado aquilo que deveria ser excepcional uma regra, conforme destaca o documento do Ministério Público do Estado de Goiás no ano de 2016. Os fatos narrados na Ação Civil Pública proposta pelo Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador, enfatizam através de narrações de policiais e de documentos produzidos pela própria PMGO, através de escalas de serviço; que a carga horária de trabalho de muitos policiais tem prejudicado a saúde física e mental destes, além de prejudicar momentos de convivência com a família.

Com base nas informações fornecida pelos policiais que ingressaram no ano de 2010, que 40,6% trabalham entre 40 e 70 horas semanais e que 10,4% chega a trabalhar mais de 80h por semana. A relação que foi estabelecida é que dos entrevistados mais de 60,4% relataram que necessitam de complementar a renda e 21,7% por ser escalado obrigatoriamente. A grande maioria considera, cerca de 85,8%, que a carga horária e salários não são adequados e que necessitam de mudanças.

O percentual de policiais que acreditam que devido sua profissão esta submetido a maiores riscos no dia a dia, mesmo estando de folga é de quase 100%, comparado a outras profissões. Aponta também que em decorrência da rotina de trabalho a que estão submetidos o cansaço, sono e estresse são resultados dessa demanda, alcançando o percentual de 96,7% das respostas obtidas. Em pesquisa realizada por Miranda e Guimarães (2016), onde aponta a existência de fatores de risco destacam-se o estresse ocupacional, a dependência química e questões interpessoais, sendo estes prejudiciais a saúde física e mental.

Minayo e Adorno (2013) enfatizam que não é difícil de perceber que a profissão de policial militar é considerada de alto risco, assim podemos dizer que o termo empregado ele é histórico e liga a polícia ao contexto das sociedades moderna, sendo o conceito de risco, vivenciado por ela como profissão e prática e de forma superlativa nas contingências da sociedade contemporânea. Minayo e Adorno (2013), ainda acrescentam que a noção de risco é

uma das criaturas nascidas na modernidade industrial, mais precisamente no século XVII, servindo ora como elemento de precaução no nível pessoal ora como elemento de cálculo frente às probabilidades de que algo ruim e indesejável possa acontecer.

A percepção dos pesquisados é que as atividades laborais têm aumentado a cada ano, cerca de 80,2% comungam dessa idéia. Cerca de 72,6% sentem dificuldades em dormir/descansar em suas horas de folga; necessitando de medicação para relaxar/dormir; mais de 40% dos pesquisados sinalizaram que fazem uso de alguma medicação para auxiliarem no descanso.

O que percebemos é que com as inúmeras dificuldades e nuances que vivem os policiais militares, podem levar o adoecimento mental e físico desses indivíduos e merecem atenção como todo profissional, apesar de comandantes tentarem passar uma imagem de que "tudo vai bem, obrigado!" e até mesmo pressionarem para que mesmo sem condições de trabalhar, o policial siga em sua atividade.

Em pesquisa realizada por Miranda e Guimarães (2016) sobre suicídio policial, foi constatado as taxas são variáveis de momento a momento e que essa variação pode estar relacionada com a dificuldade de acesso ou a inexistência de informações, a resistência das instituições policiais em disponibilizar as informações para o público acadêmico ou geral, além disso foi constatado como a má classificação das causas da morte ocorrida, sendo que muitas vezes familiares de policiais e a própria administração das polícias optam por ocultar evidências da intencionalidade na classificação.

As diversas situações citadas no desenvolver desta pesquisa pode verificar situações que foram percebidas em diversos Estados de nosso país. Dentre ele, estudo realizado na Polícia Militar de São Paulo no ano de 2007 pela Fundação Getúlio Vargas. No estudo realizado foi possível identificar quatro aspectos que caracterizam o adoecimento emocional, (Miranda e Guimarães, 2016). Este mesmo autor destaca a agressividade e irritabilidade acentuada; descontrole emocional; processos destrutivos e violentos; a desintegração e a dependência química e a diferença de gênero, cerne aos comportamentos alterados.

Numa mesma pesquisa realizada por Miranda e Guimarães (2016) foi analisado que o fator de não ter filhos e não possuir filiação religiosa torna o policial mais suscetível as ideações suicidas, policiais que sofrem agressões verbais e físicas, insatisfação com o trabalho, baixo nível de sociabilidade informal entre colegas e na família; todos estes resultados foram notados na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Percentual que desperta atenção é que quase 70% das respostas obtidas sempre ou as vezes pensam em deixar o serviço de policial militar, demonstrando assim que a insatisfação é preponderante e merece ser repensado nas formas de se organizar da instituição. Apenas o

percentual de 33,9% sentem-se a vontade sendo regidos por regulamento militar ou nunca pensaram sobre o assunto.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo se tratando de um estudo de caráter introdutório e que necessite de maiores investigações e explanação a cerca dos apontamentos e desvelamentos alcançados, pode -se perceber que a quantidade de estudos realizados sobre a temática precisam ser ampliados e abordados de forma a promover mudanças na organização das instituições policiais militares.

Ficou claro que a relação atividade policial, a situação de risco que permeia o cotidiano do policial militar mesmo estando em seu horário de folga é um fator estressor e que lhes causam danos significativos no desenvolvimento de suas atividades, na sua relação com seus pares, familiares e no convívio com terceiros.

A insatisfação com a forma de organização e regulamentos dentro da instituição nos leva a refletir nos caminhos que podem ser tomados para melhor garantir uma qualidade de vida dos profissionais militares. De acordo com Melo (2015) a PMGO ainda não conseguiu desenvolver ações que contribuíssem para atenuação dos impactos advindos das atividades policiais, principalmente as de cunho diretamente operacionais, atividades estas que os profissionais em segurança pública ficam mais expostos ao risco de morrerem, de se envolverem em confrontos e com mortes de terceiros e mesmo de companheiros de serviço. Roubo, furtos, estupros, violência doméstica, são situações corriqueiras que em raros ou quase nenhum momento são trabalhados com os policiais para saber como isso tem afetado sua vida de modo geral.

O desenrolar dessa falta de atenção com o policial militar tem acarretado inúmeros problemas, dentre eles, o envolvimento com uso e abuso de álcool e outras drogas, dificuldades conjugais (brigas e separações), violência doméstica e por fim o suicídio.

Em estudo realizado por Melo (2015), foi enfatizado pelos próprios policiais que os impactos na saúde mental dos profissionais poderia ser atenuada através do fortalecimento de vínculos dentro da própria instituição, além de respeito e compreensão com a situação de adoecimento alheio. Dentre os fatores, o que desperta a atenção é a falta de efetivo e os baixos salários, obrigando os profissionais militares a exercerem atividades extras, dentro e fora, da organização militar, extendendo assim sua carga horária de trabalho, o levando a exaustivas horas sem descanso, sem alimentação adequada, sem convívio familiar e por fim prestando um serviço de baixa qualidade ao cidadão goiano que é o cliente das ações desenvolvidas pela PMGO.

Criar um sistema de atenção a saúde que seja itinerante que visitem as unidades militares, melhorar as escalas de trabalho, aumentar efetivo, oferecer salários dignos, são medidas que podem ser desenvolvidas a curto e longo prazo para que se atinja uma qualidade de vida do policial militar e conseqüentemente proporcione uma melhor qualidade do serviço prestado.

Este trabalho possibilitou ampliar essas discussões que são fundamentais a qualquer trabalhador e ser humano, mas que é negligenciada pelo Estado, pela sociedade e pela própria PMGO. Faz-se necessário ampliar os horizontes e trazer a luz questões tão fundamentais e que atingem o povo goiano diretamente para se garantir efetivamente segurança pública de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. Topoi, 2013; Vº 14, Nº 26, p 162 – 173.

MELO, H. H. M. **O impacto do trabalho operacional na saúde mental do policial militar em Goiás: um estudo do CAS em 2015**. Monografia (Curso de Formação de Oficiais) – Polícia Militar do Estado de Goiás /Comando da Academia de Polícia Militar, Goiânia, 2015.

MINAYO, M.C. S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública**. Caderno de Saúde Coletiva 2007; Rio de Janeiro, 23 (11), p 2767 – 2779.

MINAYO, M.C.S.; ADORNO, S. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Revista Ciência & Saúde Coletiva 2013; 18 (3), p 585-593.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. **O suicídio policial: O que sabemos?** Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controles Social 2016; Vº 9, Nº 1, p 1 – 18.

OLIVEIRA, P. L. M; BARGANI, M. P. **Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares**. Boletim de Psicologia, 2010; Vº LIX, Nº 131, p 153 – 166.

SANTANA, S. L.; SABINO, A. D.V. **Estresse policial militar: efeitos psicossociais**. Conexão.2015

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. **O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental**. Saúde Soc. 2008; São Paulo, Vº 17, Nº 4, p 161-170.

VICENTINI, C. **Corpo fardado: adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana**. Goiânia: Editora UFG, 2014.

## ANEXOS

### ✓ QUESTIONÁRIO

1. Idade

2. Qual graduação atual?

Soldado

Cabo

Sargento

3. Exerce qual tipo de atividade?

Serviço operacional

Serviço administrativo

Serviço operacional e administrativo

4. Quantas horas trabalha em média por semana?

de 30 a 40 horas semanais

de 41 a 50 horas semanais

de 51 a 60 horas semanais

de 61 a 70 horas semanais

de 71 a 80 horas semanais

mais de 80 horas semanais

5. Sente que todos os anos tem aumentado as horas trabalhadas desde que entrou na PMGO?

Sim

Não

6. Você considera sua carga horária de trabalho ordinária e seu salário adequado/justo?

Sim

Não

7. Considera que devido sua profissão sofre maiores riscos no dia a dia, mesmo estando de folga, que a maioria de outras profissões?

Sim

Não

8. Se sente cansado, com sono, estressado no dia a dia?

Sim, quase sempre

Sim, poucas vezes

Não

9. Acredita que o cansaço, sono, estresse são em decorrência do trabalho?

Sim

Não

10. Tem dificuldades em dormir/descansar em suas horas de folga?

Sim

Não

11. Faz escalas extras remunerada?

Por ser escalado obrigatoriamente pela falta de efetivo

Para complementar renda

Outros motivos

Não faz extra remunerado

12. Sente que sua saúde física e mental ficou prejudicada/decaiu desde que ingressou na polícia?

Sim

Não

13. Faz uso de medicação para dormir/descansar? (relaxante muscular, ansiolítico: diazepam, valium, lorazepam, ofidal, bramazepam, clorazepato, outros)

Sim, freqüentemente

Sim, raramente

Não faço uso

14. Já passou pela Junta Médica e Psicológica para tratamento?

Sim

Não

15. Tem vontade de sair da PMGO e exercer outra atividade que não seja a de policial militar e que não tenha por base o regimento militar?

Sim, sempre

Sim, as vezes

Não tenho vontade de deixar a PMGO

Não tenho vontade de atuar noutra organização que não seja regida pelo regulamento militar

Nunca tive esse desejo e nem pensei sobre o assunto